

O ENSINO DE HISTÓRIA, A HISTÓRIA DAS MULHERES, OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES¹

HISTORY TEACHING, THE HISTORY OF WOMEN, GENDER AND SEXUALITIES

Denize Sepulveda²

<https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>

José Antonio Sepulveda³

<https://orcid.org/0000-0003-4460-7704>

Resumo

A intenção deste artigo é evidenciar a importância da discussão teórica sobre as histórias das mulheres, dos gêneros e das sexualidades estarem presentes nas licenciaturas em história para auxiliar nas práticas profissionais dxs futurxs professorxs, já que mesmo estando na segunda década do século XXI, muitos cursos de licenciatura ainda não trabalham com essas temáticas. Vários livros didáticos que auxiliam professorxs no ensino de história invisibilizam tais questões, o que sinaliza se tratar de um problema para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a participação das mulheres ao longo da história, e que estabeleçam discussões sobre as hierarquias de gêneros e das sexualidades. Como metodologia foi usado o Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989), pois nos possibilitou recolher indícios, pistas e sinais sobre a invisibilização da mulher na bibliografia voltada para a história das mulheres.

Palavras-chave: invisibilização; licenciatura; práticas pedagógicas.

Abstract

The intention of this article is to highlight the importance of the theoretical discussion about the histories of women, genders and sexualities being present in degrees in history to assist in the professional practices of future professors, since even being in the second decade of the 21st century, many courses degree students do not yet work with these themes. Several textbooks that help teachers in teaching history make such issues invisible, which signals that this is a problem for the development of pedagogical practices that value the participation of women throughout history, and that establish discussions about the hierarchies of genders and sexualities. As a methodology, Carlo Ginzburg's (1989) Evidence Paradigm was used, as it enabled us to collect evidence, clues, and signs about the invisibility of women in the bibliography dedicated to the history of women.

Keywords: invisibility; graduation; pedagogical practices.

¹ Bolsa Prociência UERJ

² Professora Adjunta 4 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo/RJ, Brasil.

³ Professor Associado 1 da Universidade Federal Fluminense (UFF) na Faculdade de Educação (FEUFF), Niterói/RJ, Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo explicitar como a discussão teórica sobre a história das mulheres e as questões de gênero e sexualidades são fundamentais para o ensino de história, visto que, muitas vezes, os livros didáticos que servem de referência para várixs⁴ professorxs invisibilizam a participação da mulher na tessitura da história, e não apresentam as temáticas sobre as questões dos gêneros e das sexualidades (GOMES, 2018; SOUZA, 2020; RAMOS, 2020).

Assim, o presente trabalho possui duas seções, além desta introdução e breves considerações finais. Na primeira, fizemos um entrelaçamento entre os nossos próprios cursos de licenciatura em história e a falta do debate sobre a história das mulheres, dos gêneros e das sexualidades em nossas graduações. Também refletimos sobre a desvalorização e invisibilização do trabalho doméstico feminino. Nesse sentido, enfatizamos que essa desvalorização é histórica, mas seus significados vão se modificando com o passar do tempo.

Na segunda seção, questionamos sobre o silêncio dos livros didáticos de história em relação à participação da mulher nos acontecimentos históricos, sobre a ausência das questões dos gêneros e das sexualidades. Como contraponto, discorremos acerca de um projeto de ensino de história que desenvolvemos em uma escola sobre o feminismo e a valorização do papel da mulher.

Nas considerações finais, fizemos uma pequena análise sobre a atual grade curricular de dois cursos de licenciatura em história, e verificamos que nenhum dos dois trabalham com disciplinas obrigatórias sobre a história das mulheres, sobre as questões dos gêneros e das sexualidades. Um deles, eventualmente, trabalha com disciplinas eletivas sobre a história das mulheres e com a temática dos gêneros, mas no que diz respeito a sexualidade há um silêncio total.

⁴ O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos use o gênero no masculino, de modo que essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em português. O uso do "X" é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. Segundo PERROT (2019, p.21), a linguagem, a gramática, contribui para o apagamento das mulheres na história, pois quando “há a mistura de gêneros, usa-se no masculino o plural: eles as dissimulam. Se, por um lado, existem grupos de pessoas reclamando da inclusão do uso do "x" como marcador de ausência/abnegação de gênero nas palavras, por outro, temos leitores mecânicos para cegos que não acessavam tais palavras. O "x" não é apenas uma forma de adaptação morfema-grafema, o X é a negação da genitalização dos sujeitos e das palavras. Um resgate histórico pelo direito a não sexuação dos seres, como fora negado às pessoas intersexos ao longo da história. Logo, se existe uma incapacidade do leitor em ler essas agonísticas (POCAHY, 2018) no campo estético e político, o que deve ser melhorado é a tecnologia que permite a leitura e não a luta de um determinado grupo em detrimento a outro. O “x” enquanto quiasmo, refere-se com encontro apical de duas retas que eclodem criando sentidos a outras formas negadas de uma desinência de gênero e suas compreensões. Dizer que um grupo não consegue lê-lo, significa diminuir a luta de um grupo, diante de um problema apresentado pelo leitor de textos e não por tal coletivo (YORK, 2020).

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Não há como analisarmos o ensino de história no que diz respeito às questões de gêneros e sexualidades sem voltarmos as nossas histórias de estudantes, em nosso curso de licenciatura.

Como pode ser observado, por nosso sobrenome em comum, somos casados. Nos conhecemos no curso de bacharelado e licenciatura em História. Então, considerando o fato de termos nos tornando namorados, também as temáticas dos gêneros e das sexualidades estavam presentes nos cotidianos de nossa formação acadêmica. Todavia, apesar dessa realidade fazer parte de nossos corpos, desejos e dos espaços por nós percorridos em conjunto no interior da universidade, elas não estiveram presentes nas discussões teóricas da nossa formação em nenhuma disciplina ou curso de extensão.

Na época, final dos anos 1980 e início da década de 1990, do século XX, já começava a aparecer alguma literatura sobre a História das Mulheres, e umx dos autorxs ficou fascinadx por isso. O primeiro livro que tivemos contato sobre o assunto foi indicado por um professor na bibliografia complementar de uma disciplina, o da autora Regine Pernoud (1984), intitulado “A mulher no tempo das catedrais”. Publicado pela editora portuguesa “Gradiva”, conseguimos adquiri-lo em Lisboa, pois não o encontramos no Rio de Janeiro. Esse foi o único contado que tivemos com a temática do gênero em nossa formação inicial – claramente indireta –, uma vez que o livro não foi debatido na disciplina.

Em nossas reminiscências, percebemos que questionamos várias vezes se a história só havia sido feita por homens. O livro de Pernoud já demonstrava o papel ativo das mulheres no desenvolvimento da história, mas, apesar disso, continuavam, em sua maioria, invisibilizadas pelo tempo.

(...) a ideia de estudar a história da mulher surgiu-me bastante mais cedo, quando trabalhava no meu livro sobre a burguesia em França; impô-se-me pouco a pouco uma observação: o lugar da mulher no seio da sociedade parecia diminuir lentamente na proporção em que o poderio burguês se afirmava, se fortalecia, em que o associava ao poder econômico e administrativo, o poder político. Desde este momento, através dos sobressaltos que vão do Antigo Regime ao advento da Monarquia de Julho, a mulher foi completamente afastada da cena. As *Memórias* duma mulher inteligente como foi Elisa Guizot mostram o apagamento desiludido que lhe foi exigido (PERNOUD, 1984, p. 7).

Se a história das mulheres e as questões dos gêneros não eram trabalhadas em nossa graduação, muito menos foram as sexualidades. Para falar a verdade, essas temáticas só foram abordadas na disciplina de estágio quando a professora disse a nós, futuras docentes, que, para evitar distrair a atenção dos meninos e rapazes, deveríamos deixar nossas sexualidades em casa quando fôssemos trabalhar nas escolas. Ela continuou sua narrativa dizendo que não podíamos usar decotes, que precisávamos usar jalecos para esconder nossos corpos. Prosseguiu dizendo que de maneira alguma podíamos usar maquiagem e que não devíamos mexer os quadris quando fôssemos apagar o quadro. Umx de nós chegou a perguntar se para ser professora precisava deixar de ser mulher, se a profissão exigia isso? Em resposta, a mestra respondeu que essas condições eram mais interessantes do que ficarmos em casa cuidando de nossxs filhxs.

A resposta nos gerou estranhamento, pois algumas de nossas avós sempre trabalharam fora de casa, assim como nossas mães. Chegamos, inclusive, a nos questionar se a mulher que ficava

em casa cuidando da residência e dos filhos também não estava trabalhando. Afinal, o trabalho doméstico sempre foi fundamental no desenvolvimento das sociedades e, imposto na vida das mulheres, muitas vezes a sobrecarregando. Nos incomodava particularmente a invisibilização e a desvalorização que era feita em relação ao trabalho doméstico feminino.

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado, apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda em suas práticas e em seus agentes (PERROT, 2019, p. 115).

Historicamente, os significados atribuídos à categoria trabalho foram mudando de acordo com os diferentes tempos. Eles podem ser analisados como obrigação ou prazer, oposição ao ócio e ao lazer, fonte de realização e também como uma forma de sobrevivência.

Atualmente, a compreensão da categoria trabalho está intrinsecamente relacionada ao trabalho assalariado exercido num espaço urbanizado por um sujeito masculino. Essa ideia está relacionada ao processo de industrialização adotado pelo sistema capitalista, que organizou o trabalho para atender aos interesses econômicos da burguesia e ao patriarcado que coloca os homens no campo da produção econômica e as mulheres no campo da reprodução social. No capitalismo, o trabalho adquire uma funcionalidade e organização, em um determinado tempo do dia (com uma carga horária) e um valor (um salário). Há uma apropriação do processo de trabalho, de modo a gerar lucro e mais-valia, através da exploração da mão de obra da classe trabalhadora e do controle do seu trabalho assalariado (BARBOSA, 2011, p. 2).

Dessa forma, o trabalho doméstico, exercido predominantemente por mulheres, é considerado informal e desvalorizado. Por causa dessa desvalorização ao trabalho feminino e à figura da mulher, saímos da faculdade de história com muitos questionamentos e com pouquíssimos conhecimentos sobre as questões de gêneros, das sexualidades, das histórias das mulheres, e fomos para os cotidianos das escolas – espaço que deu ainda mais corpo às nossas inquietações.

AS MULHERES NAS CARTEIRAS ESCOLARES: ONDE ELAS ESTÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA?

Assim que começamos a lecionar em escolas conversamos entre nós sobre a invisibilidade das mulheres nos livros didáticos – mais um espaço em que elas também não estavam presentes. Era impressionante como a história era construída somente por homens. Com base na leitura do livro de Regine Pernoud (1984), sabíamos que as mulheres estavam presentes e que também fizeram a história. Então nos indagávamos: quais os motivos da dificuldade de se escrever uma história das mulheres? Será que não havia pistas, indícios e sinais (GINZBURG, 1989) que nos ajudassem a tecer suas histórias?

A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. Os ingleses distinguem *story* e *history*. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma

inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões (PERROT, 2009, p. 16).

Em nossas aulas de história, éramos interpeladxs por perguntas de muitas jovens indagando questões próximas as nossas. Queriam saber, por exemplo, por que os livros didáticos não apresentavam as mulheres, uma vez que em alguns filmes no cinema elas apareciam fazendo história. Outras questionavam que muitos filmes destinavam um lugar de subordinação às mulheres e o motivo disso. Outras nos pediam para falarmos sobre os movimentos feministas que ocorreram em maio de 1968, mas que estavam ausentes nos livros didáticos.

Algumas informações sobre os movimentos feministas de maio de 1968 já tínhamos, pois, como já dissemos anteriormente, apresentávamos muito interesse sobre a história das mulheres. Assim, naquele momento, nos primórdios dos anos 90 do século XX, tecemos conjuntamente essas questões, pois trabalhávamos na mesma escola, um projeto intitulado “As mulheres na história: compreendendo o movimento feminista”. Fizemos pesquisas com as estudantes em jornais, em revistas, em arquivos, e o resultado desse projeto foi apresentado em forma de peça teatral para toda a escola.

Foi enriquecedor ver o interesse das meninas pelo projeto e mais ainda quando puderam perceber como os movimentos feministas de maio de 1968 se desenvolveram. Elas perceberam que durante vários momentos da história existiram ações isoladas ou coletivas contra aos processos de objetivação impostos às mulheres. Porém, o feminismo surgiu como movimento organizado somente por volta do século XIX, de modo que foi somente no início do século XX, que passou a lutar contra as discriminações feitas às mulheres, pelo direito ao voto, ao estudo e ao trabalho. Todavia, foi a partir da década de 1960 que o feminismo ganhou uma dimensão maior devido às condições sociais e históricas do momento em questão. Foi realmente a partir de maio de 1968 que ele ganhou forma como um movimento de luta pela igualdade de direitos. Entre suas principais exigências estava novamente o direito à educação, aos empregos e salários iguais.

Os eventos ocorridos em maio de 1968, na segunda metade do século XX, na França, podem ser interpretados como o estopim de uma série de transformações políticas e comportamentais que tiveram como eixos norteadores: o desejo de liberdade, a busca do prazer sem limites, a recusa de qualquer forma de controle e de autoridade, a explosão da sexualidade e a defesa da igualdade entre homens e mulheres (HOBSBAWM, 1995).

O ano de 1968 costuma ser tomado como referencial para a análise dos movimentos recentes da contestação da ordem estabelecida. Então, o movimento social mais destacado foi o dos estudantes, acompanhado da radicalização dos meios intelectualizados em geral, sobretudo os mais jovens, que se mobilizaram no mundo todo, nos países avançados e nos subdesenvolvidos, nos capitalistas e nos comunistas. Sem dúvida, o movimento estudantil mais conhecido foi o de maio, na França, que é considerado paradigmático para o estudo da época (RIDENTI, 2000, p. 247).

A partir das manifestações estudantis desenvolvidas nas universidades francesas de Nanterre e Sorbonne, brotaram contínuos movimentos de protestos de diversas ordens em várias

universidades de países da Europa e das Américas. Foi no cume das manifestações ocorridas em 1968 que as proibições caíram por terra e várias reivindicações foram conseguidas. Os dispositivos morais, religiosos e econômicos que objetivavam mulheres e homens foram contestados. A combinação dos protestos estudantis, dos movimentos de contracultura, que contestavam valores morais julgados incompatíveis com os novos tempos, e das reivindicações de mulheres que lutavam, entre outras causas, pelo direito ao uso de contraceptivos, levou à liberação sexual. Assim, o mês de maio de 1968 também ficou conhecido como o mês em que ocorreu o início da revolução sexual.

A terminologia “revolução sexual” é habitualmente utilizada para designar o movimento sociopolítico que ocorreu durante os idos dos anos 1960 e início dos anos 1970. As exigências de mudanças estavam presentes em muitas sociedades ocidentais e foram os estopins dos acontecimentos que marcaram a maior parte dos movimentos sociais do fim da década de 1960 e a chamada “revolução sexual” que promoveram (HOBSBAWN, 1995).

Sendo assim, esses movimentos impulsionaram uma verdadeira revolução sexual a partir das reivindicações de determinadas feministas. Algumas das bandeiras de luta dessas mulheres foram: o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis; o uso de métodos contraceptivos, como a pílula e a camisinha; a igualdade no seio da família; mudanças nas relações entre homens e mulheres; aumento de vagas para estudos na universidade; maior participação no mercado de trabalho, e a ampliação da mobilização dos movimentos homossexuais.

Os acontecimentos dessa época possibilitaram que o mundo ocidental organizasse e disseminasse ideias que eram consideradas ousadas para a época, como as liberdades civis democráticas, os direitos das minorias, a igualdade entre os homens e as mulheres, entre os brancos e os negros, e entre os heterossexuais e os homossexuais.

As ideias sobre a sexualidade. A politização da sexualidade. Sexo como desejo. Separação entre copulação e reprodução: o sexo por prazer. Liberação sexual das mulheres: o sexo antes do casamento, parceiros múltiplos. Igualdade no seio da família entre homens e mulheres. Questionamento à família patriarcal. Uso de métodos contraceptivos, aborto. A pornografia como arte (comercialização e mercantilização da sexualidade). Tratamento das doenças sexualmente transmissíveis. Mobilização dos homossexuais: visibilidade e crítica do preconceito. A homossexualidade entre homens e a liberação sexual das mulheres estavam postas na esfera pública como posições contestatárias. Não haveria movimento feminista e movimento lésbico-gay, com as abordagens que passam a ter em seguida, sem maio de 1968. O movimento feminista, que já existia antes, não será o mesmo após os anos 1960 (SOUZA FILHO, 2012).

Atualmente, as reivindicações dos movimentos feministas abarcam também o combate ao feminicídio⁵, à violência doméstica (tanto física quanto psicológica), ao abuso e exploração sexual,

⁵ O feminicídio é o crime praticado contra a mulher, por esta pertencer ao gênero feminino. Cada vez mais, esse termo ganha destaque no cenário nacional (...). O feminicídio é o termo empregado para designar o assassinato de uma mulher pelo simples fato de ela ser mulher. Dessa forma, é uma violência em razão do gênero. De início, etimologicamente o vocábulo ‘femi’ emana de ‘femin’, de origem grega (phemi), significando "manifestar seu pensamento pela palavra, dizer, falar, opinar" e ‘-cídio’ resulta do latim –‘cid/um’, que remete à expressão "ação de quem mata ou o seu resultado". (...) Esses casos decorrem, geralmente, de parceiros ou ex-parceiros que, por diversos motivos, matam suas

e à condição precária vivenciada ainda por muitas mulheres em muitos países. Todavia, é importante assinalar que muitos aspectos da luta feminista inicial continuam, como a luta pelo direito ao aborto, ainda ilegal em muitos lugares (como é na realidade brasileira), e o salário que, em muitos países, ainda é inferior ao dos homens. Contudo, a igualdade entre homens e mulheres hoje é reconhecida por leis, e a homossexualidade é aceita progressivamente pela legislação de vários países do mundo, onde leis foram desenvolvidas para assegurar os direitos.

Além de como se desenvolveu o movimento feminista de 1968, nossas alunas puderam perceber os muitos motivos que influenciaram na invisibilização e silenciamento da história das mulheres ao longo do tempo.

No contexto dos estudos por nós desenvolvidos, pudemos colher pistas de que o ocultamento da participação das mulheres na antiguidade grega estava relacionado a uma cultura patriarcal que nos deixou como herança uma história de homens, produzida por homens. Muitas dessas histórias foram escritas a partir da iconografia de vasos, de obras literárias e da poesia da época. Destarte, é importante enfatizar, conforme diz Cardoso (2014, p. 30): “Cada tipo de arte tem na autonomia relativa e forma suas próprias convenções: por tal razão a iconografia não “ilustra”, de maneira simples e direta, nem a vida, nem a literatura, mesmo quando aborda elementos presentes em todas as três (...)”.

A representação feita na iconografia, literatura ou poemas é sempre seletiva, não representa toda a realidade, e a história produzida a partir dessas fontes é passível de diferentes interpretações. Contudo, não podemos deixar de pontuar que as fontes iconográficas, de literatura ou poemas, foram produzidas em sua maioria por homens a partir de uma cultura patriarcal, por meio da qual máscaras masculinas substituem o rosto feminino e influenciam na imagem que se produziu sobre as mulheres e sobre as próprias formas delas se perceberem (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018).

Apesar de atualmente a documentação escrita não ser a única fonte utilizada para o estudo do feminino na História Antiga, os historiadores da antiguidade ainda se apoiam fundamentalmente na documentação textual e, conforme John Gould (1980, p. 38), sobre a literatura ateniense, a natureza dessa evidência disponível “é quase sem nenhuma exceção o produto de homens e dirigida a homens em um mundo dominado por homens”. Nosso acesso direto, portanto, se dá sobre o que os homens da elite, dos círculos letrados, pensavam e imaginavam sobre as mulheres através dos documentos escritos. São materializações do discurso hegemônico, e esse certamente influenciava a maneira como as próprias mulheres se concebiam e se viam (JOURDAN; VIRGOLINO; SILVA (2014, p.136).

A cultura patriarcal é desenvolvida no interior de um sistema social em que homens adultos mantêm o controle, o poder e a liderança política. Por esse motivo, possuem a autoridade moral, gozam de privilégios e têm o controle das propriedades. No domínio da família, o pai (ou figura

companheiras. Exemplificando: quando possuem sentimento de posse, inconformismo com o fim da relação ou pelo fato da mulher trabalhar fora do lar conjugal, dentre outros pretextos. (SALIBA II, 2014, s/p).

paterna) mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças. Historicamente, o patriarcado tem-se manifestado na organização social, legal, política e econômica de uma gama de diferentes culturas, desenvolvendo um discurso de que a mulher é naturalmente inferior ao homem, sendo considerada o reflexo da natureza diferenciada entre eles e, por isso, não podendo ter os mesmos direitos.

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie (MIGUEL, 2014, p. 17).

A cultura patriarcal continua presente nas sociedades contemporâneas e se caracteriza por uma autoridade atribuída institucionalmente ao homem sobre a mulher e filhos na atmosfera familiar; está presente em toda a organização da sociedade, de modo que alicerça essa estrutura e ganha apoio institucional. Assim, os relacionamentos interpessoais são marcados muitas vezes pela dominação e violência.

A tradição patriarcal desenvolveu um discurso no qual a mulher é inferior ao homem, de modo que acaba por não possuir os mesmos direitos. Nessa perspectiva, cabe a figura masculina ocupar o espaço público e à mulher, o doméstico. Baseada nessa concepção, a representação feminina é escondida da arena social, tornando-a invisível por meio de discursos e ações constantes de inexistência da mulher.

Scott (1994) enfatiza que é necessário desenvolver uma nova história sobre as mulheres que ofereça novas perspectivas às antigas questões, como, por exemplo, evidenciar análises sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra. Essa mudança de olhar, contribui com o processo de ampliação da visibilidade das mulheres, e possibilita a reflexão sobre as atuais estratégias feministas e o futuro utópico.

Sobre o projeto “As mulheres na história: compreendendo o movimento feminista”, por nós desenvolvido em uma escola lá no início dos anos de 1990, podemos sinalizar que, mesmo sem muitas ferramentas teóricas e conceituais, conseguimos tecer, em conjunto com as estudantes, novas maneiras delas conhecerem a história, ou melhor, de conhecerem a história se apropriando da participação das mulheres, enxergando-se como parte do ocorrido, reconhecendo-se ali.

Apesar das autorxs desse artigo não terem tido contado em seus cursos de graduação com estudos voltados para a história das mulheres, para as questões dos gêneros e das sexualidades, é importante salientar que as pesquisas e publicações sobre a história da mulher e dos gêneros tiveram um impulso grande nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil. Autoras como Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), Miriam Moreira Leite (1984), Margareth Rago (1985, 1991), Rachel Soihet (1989), Eni de Mesquita Samara (1983, 1985, 1999), Magali Engel (1989), Martha de Abreu Esteves (1989) e Guacira Louro (1987, 1997 a, 1997 b) desenvolviam pesquisas sobre tais temáticas e as publicavam.

De lá para cá, continuamos os nossos estudos, os quais foram traçados por vários caminhos. No entanto, após mais de uma década voltamos a nos inquietar com a história das mulheres, com as questões dos gêneros e das sexualidades, de modo que temos nos lançando a estudar essas temáticas, bem como a orientar estudos sobre elas.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Atualmente, somos professorxs de duas universidades públicas, e recebemos muitas docentes de história, assim como estudantes de licenciatura da área para serem orientandxs nas monografias de final de curso, em mestrado e doutorado. A maioria delxs se queixa de não ter feito de modo aprofundado, ou mesmo de não ter feito em nenhum momento, a discussão sobre gêneros, sexualidades e história das mulheres em seus cursos de graduação, sentindo, assim, a necessidade de pesquisar sobre essas temáticas.

Verificando a atual matriz do curso de licenciatura em história de uma das universidades em que atuamos, não encontramos nenhuma disciplina, nem mesmo eletiva, voltada para esses estudos. Na segunda universidade também averiguamos o currículo da licenciatura em história e não achamos nenhuma disciplina obrigatória que versasse sobre essas questões. Sabemos, por relatos de estudantes que nos procuram, que nesta última instituição, por vezes, alguns professorxs ministram disciplinas eletivas sobre a história das mulheres ou gêneros, mas em relação às temáticas das sexualidades não há qualquer tipo de oferta. Contudo, as disciplinas não sendo de caráter obrigatório, nem todxs xs alunxs tecem conhecimentos sobre esses assuntos que são tão importantes para a futura prática profissional do ensino de história.

Apesar de estarmos na segunda década do século XXI, verificamos que alguns cursos de licenciatura em história ainda apresentam dificuldades em trabalhar com os assuntos da história das mulheres, dos gêneros e das sexualidades. Na maioria das vezes, professorxs que desejam atuar com essa temática precisam procurar cursos de especialização, de mestrado ou doutorado, para desenvolverem suas pesquisas e tecerem os seus conhecimentos. Nesse sentido, perguntamos: e como ficam os profissionais que não conseguem frequentar tais cursos? Como podem desenvolver práticas democráticas no ensino de história, diminuindo a invisibilização das mulheres? Como estabelecer discussões sobre as hierarquias de gêneros e das sexualidades, sobre o feminicídio, sobre a LGBTIAfobia, sobre as violências domésticas, sobre as mortes das pessoas LGBTIA+, e sobre as mortes com os requintes de crueldades que envolvem os assassinatos das travestis e das mulheres trans? Infelizmente, os nossos questionamentos que estavam presentes quando fazíamos nossos cursos de licenciatura ainda permanecem presentes 30 anos após.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luciana Cândido. Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais. In: Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre as diferenças. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/05/06.pdf> . Acesso em: 10/07/2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Aquiles e Troilos: a intrusão de um subtema homoerótico numa temática do ciclo de Troia. In: ESTEVES, Anderson Martins; AZEVEDO, Katia Teonia; FROHWEIN, Fábio. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras/Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVEZ, Martha de Abreu (1989). **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Fábio da Silva. **Livro didático de história como lugar de memória**: uma proposta de ensino da diversidade sexual. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. UFRRJ, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

JOURDAN, Camila Alves; VIRGOLINO, Mariana Figueiredo; SILVA, Talita Nunes. Odisseus e Penélope: exemplos de masculino e feminino a serem seguidos na Grécia Arcaica e Clássica. In: **Imagem, Gênero e Espaço: representações da antiguidade**. Niterói: Alternativa, 2014.

LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas**. Uma escola de Mulheres. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 1997a.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In Mary del Priore. **História das mulheres no Brasil**. Contexto, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERNOUD, Regine. **A mulher no tempo das catedrais**. Lisboa: Gradiva, 1984.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

POCAHY, Fernando. **O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção**. Revista *Ñanduty*, nº 6, v. 8, 2018. p. 9-22.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo. 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Janine Barbosa Pereira. **A quebra do silêncio**: a sala de aula de história e as relações de gêneros. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. UFRRJ, 2020.

RIDENTI, Marcelo. *Intelectuais, estudantes e artistas*. Paris: [s.n.], 1968. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

SALIBA II, José Carlos Maia. **O que é feminicídio?** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31359/o-que-e-femicidio>. Acesso em: 25/06/2021.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Anpuh; Marco Zero; Fapesp, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais**. São Paulo: Humanitas; CEDHAL, 1999.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Sexualidade e política: maio de 68 e depois**. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/artigos%20academicos/artigos_pdf/sexualidade%20e%20politica.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.

SOUZA, Diego Gomes. **Diversidade sexual e de gênero no ensino de história: encontros e desencontros entre transversalidade e disciplinaridade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. UFF, 2020.

YORK, Sara Wagner; GONÇALVES Junior. **Tia, você é homem? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas"**. Programa de Pós-Graduação em Educação. 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.